



INSTRUÇÕES PARA ABERTURA OU REGULARIZAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS ESTADUAIS

ÍNDICE

1. FINALIDADE	4
2. DIRETRIZES.....	4
3. LEGISLAÇÕES VIGENTES DE ACESSOS RODOVIÁRIOS ESTADUAIS	4
3.1. DECRETO Nº 30.374, DE 12 DE SETEMBRO DE 1989 – ACESSO COMERCIAL	4
3.2. Portaria - SUP/DER - 78, de 23-7-2001 – ACESSO COMERCIAL:	4
3.3. Seção: 3.02 21/06/1979 às Fls. 197 dos autos 142.795/DER/1972 – ACESSO NÃO COMERCIAL	4
4. FASES DO PROCESSO.....	5
5. ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA E/OU REGULARIZAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS	6
5.1. DOCUMENTAÇÃO	6
5.2. PROJETO FUNCIONAL	8
5.3. ESTUDO DE TRÁFEGO	9
5.3.1. MANUAIS À SEREM ATENDIDOS:	9
5.3.2. CHECK-LIST DE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO DE TRÁFEGO	9
5.4. PROJETO EXECUTIVO	12
5.4.1. TOPOGRAFIA (LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO)	12
5.4.2. GEOMÉTRICO.....	12
5.4.3. DRENAGEM	13
5.4.4. PAVIMENTAÇÃO	13
5.4.5. INTERFERÊNCIAS.....	14
5.4.6. GEOTECNIA.....	14
5.4.7. ESTRUTURAS.....	14
5.4.8. SINALIZAÇÃO DEFINITIVA E SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE OBRAS	14
5.4.9. PAISAGISMO	15
5.4.10. MEMORIAL DESCRITIVO	15
6. FLUXOGRAMA MACRO DAS FASES DO PROCESSO.....	16
7. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DA CONCESSIONÁRIA/ARTESP	16
7.1. ANÁLISE DA CONCESSIONÁRIA:.....	17
7.1.1. PRAZO PARA O INTERESSADO ATENDER AS RESSALVAS APRESENTADAS PELA CONCESSIONÁRIA.....	17
7.2. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA AGÊNCIA:	17
8. EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO DE ACESSOS	18
8.1. REUNIÃO DE INÍCIO DE OBRAS:	18

8.2. DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS:	18
8.2.1. PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA:	19
8.3. FASE FINAL E ENTREGA DAS OBRAS:	19
9. APRESENTAÇÃO DO AS <i>BUILT</i>:	19
10. PROCESSO DE MUDANÇA DE TITULARIDADE DO ACESSO	20
11. PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS	20
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	21

1. FINALIDADE

Este documento tem por finalidade, estabelecer os procedimentos e modelos de documentos necessários, para apresentação de projetos e estudos de soluções de acessibilidade para análise e possível aprovação de abertura e/ou regularização de acessos rodoviários à faixa de domínio estadual concedida, perante o Governo do Estado.

2. DIRETRIZES

Acesso à faixa de domínio estadual é um serviço não delegado à Concessionária, em conformidade com o contrato de concessão estabelecido, cabendo a ela instruir e instrumentalizar o processo para análise e aprovação do Poder Concedente, neste ato representado pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo que possui a prerrogativa de aprovação, para abertura, fechamento e/ou regularização de acessos à faixa de domínio estadual, mediante ao atendimento das Normas e Legislações Vigentes que regem o assunto.

Destacamos que acessos comerciais, além de serem submetidos para aprovação da ARTESP, também são aprovados pelo Secretário de Transportes do Governo do Estado de São Paulo, já acessos não comerciais, passam apenas pela aprovação da ARTESP.

3. LEGISLAÇÕES VIGENTES DE ACESSOS RODOVIÁRIOS ESTADUAIS

3.1. DECRETO Nº 30.374, DE 12 DE SETEMBRO DE 1989 – ACESSO COMERCIAL: Aprova o regulamento de autorização de acesso pelas rodovias estaduais aos terrenos lindeiros às suas faixas de domínio, onde se instalem estabelecimentos comerciais.

3.2. Portaria - SUP/DER - 78, de 23-7-2001 – ACESSO COMERCIAL: Define normas que regulamentam autorização de acesso a estabelecimento comercial

3.3. Seção: 3.02 21/06/1979 às Fls. 197 dos autos 142.795/DER/1972 – ACESSO NÃO COMERCIAL – Dispõe sobre a autorizações para acessos não comerciais às estradas concedidas.

3.4. IP.DIN-002 DA ARTESP – Dispõe sobre Instrução de Projeto quanto as faixas de aceleração e desaceleração de acesso.

4. FASES DO PROCESSO

O processo de aprovação dos projetos e documentos para abertura e/ou regularização de acessos, é dividido em quatro fases, sendo estas:

- a) **1ª FASE – DOCUMENTAÇÃO, PROJETO FUNCIONAL E ESTUDO DE TRÁFEGO:** A apresentação da documentação (detalhado no item 5) tem por objetivo a comprovação de propriedade e o comprometimento do interessado com o processo de abertura/regularização do acesso e com as normas vigentes. Já o Projeto Funcional tem como objetivo verificar a viabilidade da implantação/readequação de um acesso. Nesta fase, será definido a solução de acessibilidade a ser aprovado pela ARTESP. Juntamente com o Projeto Funcional deve ser apresentado o Estudo de Tráfego, que tem por finalidade validar a solução desenvolvida no Projeto Funcional, assim como, analisar os dispositivos rodoviários de retornos.



- b) **2ª FASE - PROJETO EXECUTIVO:** O Projeto Executivo tem por objetivo o detalhamento do Projeto Funcional aprovado e será utilizado para a implantação da obra, após passar pelo processo de análise e aprovação, junto a Concessionária e ARTESP.



- c) **3ª FASE – IMPLANTAÇÃO/READEQUAÇÃO:** Esta é a fase final do processo, em que as obras de implantação/readequação serão acompanhadas pela Concessionária até a sua conclusão.



- d) **4ª FASE – AS BUILT:** Após a conclusão e aceite das obras deverá ser apresentado o “As Built” para análise da Concessionária e posterior envio ao Poder Concedente para arquivo do processo.



5. ORIENTAÇÕES E MODELOS DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA E/OU REGULARIZAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS

5.1. DOCUMENTAÇÃO

Na primeira fase do processo, o interessado deverá encaminhar toda documentação listada abaixo, em conformidade com o tipo de acesso requerido, em formato digital, para análise da Concessionária.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS - PESSOA JURÍDICA		
DESCRIÇÃO	INFORMAÇÕES	NOME DOS DOCUMENTOS
MATRÍCULA DO IMÓVEL	Documento da propriedade do imóvel, matriculado em Cartório de Imóveis, atualizada com até 30 dias;	0-1. MATRÍCULA DO IMÓVEL.pdf
CONTRATO SOCIAL	01 Contrato Social inicial da empresa ou Estatuto Social + última alteração (caso houver), registrado na junta comercial do Estado de São Paulo, autenticado em cartório e comprovante de CNPJ;	0-2. CONTRATO SOCIAL.pdf
CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA	Prova de inscrição de CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA	0-3. CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA.pdf
ATA DE ASSEMBLÉIA	Ata da assembleia que elegeu a atual diretoria da Empresa (no caso S/A);	0-4. ATA DE ASSEMBLEIA.pdf
PROCURAÇÃO	Procuração do representante legal do imóvel;	0-5. PROCURAÇÃO.pdf
DOCUMENTO DE IDENTIDADE	Documento de identidade pessoal do representante legal do imóvel;	0-6. DOCUMENTO DE IDENTIDADE.pdf
REQUERIMENTO	Requerimento, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo representante legal do imóvel.	0-7. REQUERIMENTO DE ACESSO.pdf
TERMO DE COMPROMISSO	Termo de Compromisso, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo representante legal do imóvel.	0-8. TERMO DE COMPROMISSO.pdf
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	ART do responsável técnico pela elaboração dos projetos	0-9. ART RESPONSÁVEL TÉCNICO.pdf
DEMAIS DOCUMENTOS	Demais documentos que forem entregues. Seguir numeração sequencial 0-10, 0-11, etc.;	0-10. TÍTULO DO DOCUMENTO EXTRA.pdf

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS - PESSOA FÍSICA		
DESCRIÇÃO	INFORMAÇÕES	NOME DOS DOCUMENTOS
MATRÍCULA DO IMÓVEL	Documento de propriedade do imóvel, matriculado em Cartório de Imóveis, atualizada com até 30 dias;	1-1. MATRÍCULA DO IMÓVEL.pdf
DOCUMENTO DE IDENTIDADE	Documento de identidade pessoal do representante legal do imóvel;	1-2. DOCUMENTO DE IDENTIDADE.pdf
REQUERIMENTO	Requerimento, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo representante legal do imóvel.	1-3. REQUERIMENTO DE ACESSO.pdf
TERMO DE COMPROMISSO	Termo de Compromisso, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo representante legal do imóvel.	1-4. TERMO DE COMPROMISSO.pdf
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	ART do responsável técnico pela elaboração dos projetos	1-5. ART RESPONSÁVEL TÉCNICO.pdf
DEMAIS DOCUMENTOS	Demais documentos que forem entregues. Seguir numeração sequencial 1-6, 1-7, etc.;	1-6. TÍTULO DO DOCUMENTO EXTRA.pdf

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS - PREFEITURAS E ALTARQUIAS		
DESCRIÇÃO	INFORMAÇÕES	NOME DOS DOCUMENTOS
CERTIDÃO DE IMÓVEL	Certidão atualizada e autenticada da área, para comprovação de propriedade. No caso do imóvel ser fruto de desapropriação ou utilidade pública, apresentar o decreto que o regulamenta;	2-1. CERTIDÃO DE IMÓVEL.pdf
PLANTA CADASTRAL	Planta cadastral, bem como toda a extensão da área que se utilizará do acesso com as certidões descritas acima;	2-2. PLANTA CADASTRAL.pdf
ATA DE POSSE DE PREFEITO	Ata de posse do Prefeito Municipal em exercício, autenticada;	2-3. ATA DE POSSE DE PREFEITO.pdf
REQUERIMENTO	Requerimento, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo prefeito em exercício.	2-4. REQUERIMENTO DE ACESSO.pdf
TERMO DE COMPROMISSO	Termo de Compromisso, conforme modelo anexo , não podendo ser alterado, nem conter logo marca e deve ser assinado pelo prefeito em exercício.	2-5. TERMO DE COMPROMISSO.pdf
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	ART do responsável técnico pela elaboração dos projetos	2-6. ART RESPONSÁVEL TÉCNICO.pdf
DEMAIS DOCUMENTOS	Demais documentos que forem entregues. Seguir numeração sequencial 2-7, 2-8, etc.;	2-7. TÍTULO DO DOCUMENTO EXTRA.pdf

OBS: Quando houver mais de um proprietário do imóvel, que conste na matrícula, esses também devem assinar o TERMO DE COMPROMISSO e REQUERIMENTO DO ACESSO, citados neste item 5.1.

Ainda na primeira fase, em conjunto com a documentação do item 5.1, deve ser apresentado o Projeto Funcional e Estudo de Tráfego, em conformidade com a legislação em vigor e contendo, de acordo com a solução proposta, os itens necessários dentre os pontuados abaixo:

5.2. PROJETO FUNCIONAL

- Apresentar Planta de Situação (MasterPlan) formato A1 em escala 1:2000 demonstrando 500m além e aquém do acesso, área total do imóvel, indicação de acessos, e suas limitações conforme matrícula;
- Projeto funcional em escala 1:1000 contendo:
 - Atender a ip.din.001 e ip.din.002, citada no item 3.4.;
 - Representar a plataforma rodoviária
 - Representar todas as interferências existentes;
 - Indicar os limites das faixas de domínio estadual confrontante com a propriedade;
 - Indicar a área non-aedificandi e respectivas cotas de offset;
 - Amarração de marco quilométrico mais próximo;
 - Quilometragem exata (eixo) do ponto de acesso à área;
 - Indicar todos os raios e rampas;
 - Cotar a testada do terreno;
 - Indicar o veículo tipo adotado para o detalhamento do projeto;
 - Indicar eixo estaqueado amarrado com marco quilométrico da rodovia;
 - Indicar o sentido das pistas (norte/sul ou leste/oeste)
 - Distância do eixo do canteiro central da rodovia até os limites da faixa de domínio;
- Apresentar memorial descritivo, devendo conter:
 - a) Características da Rodovia
 - Classe da Rodovia
 - Natureza da Região
 - Velocidade diretriz da Rodovia na região do Acesso
 - Velocidade diretriz do acesso
 - Greide da Rodovia

- Veículo de Projeto (inclusive representação gráfica dos raios de giro cotadas – podendo ser apresentada imagem do próprio manual utilizado para detalhamento do projeto).
- b) Características do Empreendimento
 - Testada para a Rodovia
 - Horário de Funcionamento
 - Área do Terreno e Área Construída
 - Demais detalhes que se fazem necessários quanto as características do imóvel.
- c) Distâncias de outros elementos rodoviários, se houver, até 1km antes ou depois do acesso proposto, tais como: acessos (regulares e/ou irregulares); postos de polícia; balança, praça de pedágio, OAE's, Passarelas etc.
- d) Referenciar os normativos utilizados para elaboração do projeto.

5.3. ESTUDO DE TRÁFEGO

5.3.1.MANUAIS À SEREM ATENDIDOS:

- a) Manual de Estudos de Tráfego – DNIT / IPR, 2006;
- b) Instrução de Serviço IS-201: Estudos de Tráfego em Rodovias (Área Rural) – DNIT / IPR – 2006;
- c) Manual de Projetos de Interseções – DNIT / IPR, 2005;
- d) *A Policy on Geometric Design of Highways and Streets* – American Association of State Highways and Transportation Officials / AASHTO, 2004;
- e) *Highway Capacity Manual* – HCM 2016, do Transportation Research Board – TRB. (Ou versão mais recente)
- f) RESOLUÇÃO Nº 7, DE 02 DE MARÇO DE 2021
- g) DENATRAN - Manual de Procedimentos para Tratamento de Polos Geradores
- h) CET - bt32- polos geradores de trafego
- i) CET - bt36- polos geradores de trafego II
- j) CET - bt46 - Shopping Center
- k) CET - bt54 - Eventos Especiais

5.3.2.CHECK-LIST DE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO DE TRÁFEGO

- a) INFORMAÇÕES GERAIS DO EMPREENDIMENTO



- Nome do empreendimento, localização, nome do responsável técnico e nome dos técnicos responsáveis pela elaboração do estudo.

b) CARACTERIZAÇÃO DO EMPREEDIMENTO

- Síntese dos objetivos e características físicas e operacionais do empreendimento.
- Planta de situação (compreendendo a rodovia e o empreendimento) e planta de locação do empreendimento que mostre a geometria dos acessos, estacionamento, áreas de espera, áreas de carga e descarga, embarque e desembarque, área bruta e locável, presença de cancelas/guaritas.
- Memorial descritivo do projeto arquitetônico, contendo: dimensionamento e distribuição de vagas de estacionamento, dimensionamento e distribuição de áreas de carga e descarga, dimensionamento de áreas de embarque e desembarque, tempo de atendimento para controle de entrada no acesso - verificação de fila, localização e dimensionamento de acessos e áreas específicas para veículos de emergência e de serviços, área bruta e locável, facilidades para o acesso de portadores de deficiência física.
- Data de previsão de inauguração e cronograma de implantação (parcial e total).
- Horário de funcionamento do empreendimento durante a semana, fim de semana e informações sobre a existência ou previsão de turnos de trabalho.
- Informações sobre a possibilidade de expansão futura e de funcionamento de outras atividades ou eventos.
- Mapeamento, delimitação e descrição da área de influência direta e indireta do empreendimento.
- Identificação e descrição das vias principais de acesso e adjacentes ao terreno destinado à sua implantação - caracterização de rotas de acesso.
- Caracterização da vizinhança - uso e ocupação do solo no entorno (empreendimentos existentes).

c) ESTUDO DE TRÁFEGO E DE CAPACIDADE

- Contagem direcional classificatória em 03 dias úteis, com duração de no mínimo 16h por dia (conforme manual do DNIT para estudos de tráfego)

- As contagens deverão ser divididas em 15 minutos, para determinar as variações dentro da própria hora de pico
- Deverão estar anexas ao estudo as planilhas de contagens
- Deverão estar anexas ao estudo as memórias de cálculo do fator de sazonalidade e do fator de hora pico
- Estimativa de geração de viagens: produção e atração - por dia e na hora pico
- Caracterização e quantificação da movimentação de veículos leves e pesados, obtidas através da realização de pesquisas em empreendimentos similares. Caso não seja possível a execução da pesquisa, desde que justificada, podem ser utilizadas metodologias reconhecidas e comprovadas em trabalhos técnicos (deverá apresentar as fórmulas, o desenvolvimento dos cálculos e as justificativas / bibliografia dos parâmetros adotados)
- Divisão modal das viagens geradas pelo empreendimento
- Distribuição espacial das viagens geradas
- Os estudos devem compreender a população fixa (funcionários com os respectivos turnos de trabalho) e população flutuante (clientes, fornecedores, visitantes)
- De posse das pesquisas de tráfego e estimativas de viagem, deverá ser feito estudo de capacidade, determinando-se os níveis de serviço. Devendo compreender:
- Análise de nível de serviço da rodovia, acessos, dispositivos que podem ser afetados com o crescimento do tráfego devido à implantação do PGT - cenário atual com o empreendimento e cenário atual sem o empreendimento
- Análise de nível de serviço da rodovia, acessos e dispositivos que podem ser afetados com o crescimento do tráfego devido à implantação do PGT - cenário futuro com o empreendimento e cenário futuro sem o empreendimento
- Análise de nível de serviço da rodovia, acessos e dispositivos que podem ser afetados com o crescimento do tráfego devido à implantação do PGT - cenário futuro com o empreendimento ampliado e cenário futuro sem o empreendimento
- Análises de nível de serviço da rodovia, acessos e dispositivos considerando ampliações da rodovia - cenário futuro adicional (se aplicável)
- Os Estudos de Tráfego e de Capacidade devem ser feitos de acordo com as determinações do Manual de Estudos de Tráfego do DNIT – 2006 e do Highway Capacity Manual – HCM, edição mais recente ou de outra norma de aceitação do DNIT
- Projeção de 10 anos sem o empreendimento

- Projeção de 10 anos com o empreendimento
- Outros pontos
- Foi apresentado cálculo de número N?

d) RECOMENDAÇÕES DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIA

- Para o caso de a implantação do empreendimento causar impacto negativo no tráfego. Podem ser medidas externas ao empreendimento ou internas. Seja para etapa de construção do empreendimento ou após o início da operação.
- Medidas compensatórias devem ser recomendadas quando não for possível mitigar completamente os impactos negativos.

Após a documentação, Projeto Funcional e Estudo de Tráfego serem aprovados pela Concessionária, os mesmos serão submetidos para análise da ARTESP e caso não haja ressalvas, será aprovado e solicitada a apresentação do Projeto Executivo Completo, conforme disciplinas e exigências **mínimas** abaixo:

5.4. PROJETO EXECUTIVO

O Projeto Executivo Completo, deve ser apresentado em padrão A1, assinado pelo engenheiro responsável da obra, contendo:

5.4.1. TOPOGRAFIA (LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO)

- Apresentar o levantamento planialtimétrico cadastral atualizado.

5.4.2. GEOMÉTRICO

- Amarrações quilométricas do eixo da rodovia;
- Superelevação ou plano cotado;
- Perfil longitudinal do acesso e seções transversais (quando houver movimento de terra que justifique tais seções);
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como: ilhas, curvas compostas etc.;
- Tabela contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados (raios, ângulo central, coordenadas etc.);



- Cotar a faixa de domínio, considerando 50m cotados a partir do eixo do canteiro central, para cada lado, totalizando uma faixa de 100 e a área “non aedificandi” (15m, cotados a partir do limite da faixa de domínio);
- Incluir a localização (km+m) no eixo do acesso;
- Indicar equivalência entre marco quilométrico da Rodovia com os eixos de estaqueamento propostos.

5.4.3. DRENAGEM

- Para as obras situadas no interior da faixa de domínio da Rodovia e/ou interligações ao sistema de drenagem da rodovia, deverão ser utilizados dispositivos de drenagem do DER/SP e serem atendidas as premissas das instruções de projeto IP-DE-H00/001 – Estudos Hidrológicos e IP-DE-H00/002 – Projeto de Drenagem;
- Apresentar dimensionamento e verificação de todos os dispositivos propostos, bem como dos que serão impactos pela alteração da geometria da região;
- Perfil longitudinal indicando as cotas de entrada, saída e a seção do acesso sobre ele, o berço utilizado, brita ou concreto, etc.
- Detalhes das bocas de entrada e saída indicando dimensões e material;
- Detalhe de guias, sarjetas, passeios, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas;
- Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas.

5.4.4. PAVIMENTAÇÃO

- Apresentar sondagem de inspeção do pavimento do local;
- Indicar em planta os locais onde foram feitas as sondagens, inclusive coordenadas dos pontos;
- Apresentar seção transversal típica mostrando as camadas do pavimento com as respectivas espessuras e materiais constituintes (métodos de dimensionamento do der e/ou abcp - associação brasileira de cimento portland);
- Dimensionamento/verificação do pavimento proposto e existente;
- Capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados;

- Detalhamento para o encaixe do pavimento projetado com pavimento existente.

5.4.5. INTERFERÊNCIAS

- Apresentar projeto identificando a existência de possíveis interferências no local da intervenção proposta, caso existam, estas devem ser identificadas e locadas em projeto, assim como descrito a abordagem adotada para resolução de possíveis conflitos.

OBS: O proprietário do imóvel é responsável pelo remanejamento das interferências identificadas, junto aos órgãos detentores das redes.

5.4.6. GEOTECNIA

- Apresentar boletins de sondagem bem como os ensaios realizados;
- Indicar em planta os locais onde foram feitas as sondagens, inclusive coordenadas dos pontos;
- Dimensionamento/verificação de estabilidade de cortes e aterros propostos;
- Apresentar plantas de forma e armação de todos os elementos estruturais.

5.4.7. ESTRUTURAS

- Apresentar dimensionamento dos elementos de infra, meso e superestrutura da OAE;
- Apresentar dimensionamento dos muros e contenções;
- Apresentar plantas de forma e armação de todos os elementos estruturais.

5.4.8. SINALIZAÇÃO DEFINITIVA E SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE OBRAS

- O projeto de sinalização definitiva deve compreender toda a circunscrição do acesso desde a rodovia até o limite da faixa de domínio, assim como o projeto de desvio de obras deve cobrir todo o trecho das obras, devendo estes estarem em acordo com os normativos vigentes citados abaixo:
 - NBR 10068-1987 – Folha de desenho - Leiaute e dimensões;
 - NBR 10582-1988 – Apresentação da folha para desenho;
 - NBR 6971-2012 – Implantação de Defesa Metálica;
 - NBR 14644-2013 (Sinalização vertical – Películas e Requisitos);

- NBR 15486-2016 - Segurança no tráfego - Dispositivos de contenção viária - Diretrizes de projeto e ensaios de impacto;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume I;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume II;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume III;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume IV;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume V;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume VI;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito CONTRAN – Volume VII;
- Manual de Sinalização Rodoviária – Volume I – DER_SP;
- Manual de Sinalização Rodoviária – Volume II – DER_SP;
- Manual de Sinalização Rodoviária – Volume III – DER_SP;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias – DNIT;
- ARTESP-IP.DIN_003.

5.4.9. PAISAGISMO

- Contemplar revestimento vegetal em toda área que sofrer alteração;
- Utilizar grama tipo esmeralda.

5.4.10. MEMORIAL DESCRITIVO

- Apresentar memoriais dos projetos, detalhando todas as informações necessárias considerando a solução geométrica aprovada no Funcional.

5.5. ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Todos os projetos, tanto no nível Funcional ou Executivo devem ser assinados pelo responsável técnico, e acompanhados da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, devidamente assinada, contendo todas as informações pertinentes do projeto.

5.6. APRESENTAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

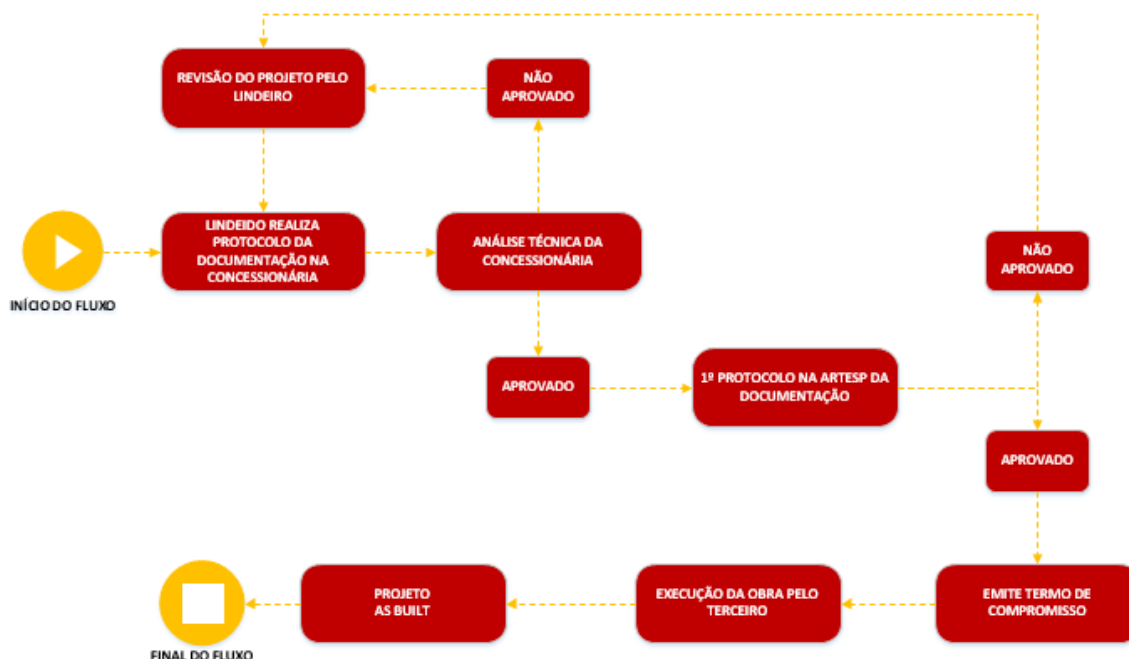
Os desenhos componentes do projeto deverão obedecer a elaboração e apresentação de documentos técnicos - IP-DE-A00/001, codificação de documentos técnicos - IP-DE-A00/002 e elaboração e apresentação de desenhos de projetos em meio digital - IP-DE-A00/003, disponíveis no site do D.E.R.

OBS: Todos os projetos finais aprovados pela ARTESP, deverão ser enviados nos formatos *PDF*, *DWG* e plotados em arquivo *KMZ*, com a identificação de toda geometria proposta, com a assinatura do projetista e proprietário do imóvel.

Após todas as disciplinas do Projeto Executivo estarem em condições de aprovação pela Concessionária, o mesmo será submetido para análise da ARTESP, que caso não apresente objeções, será emitida a autorização do acesso contendo a listagem com a codificação de todos os projetos aprovados.

6. FLUXOGRAMA MACRO DAS FASES DO PROCESSO

Abaixo segue o fluxograma macro das fases do processo para aprovação de abertura e/ou regularização de acessos rodoviários estaduais.



7. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DA CONCESSIONÁRIA/ARTESP

Todos os documentos, passam pelos mesmos processos de análise e podem ser avaliados pela Concessionária e ARTESP quantas vezes forem necessárias, a fim de atender as normas vigentes.

7.1. ANÁLISE DA CONCESSIONÁRIA:

Conforme procedimentos descritos nos itens 5 e 6, após realizado o protocolo da documentação e dos projetos por parte do Interessado, na Concessionária, será realizada análise técnica com base nos normativos vigentes citados neste documento.

- **NÃO APROVADO:** Caso seja identificada qualquer inconformidade ou necessidade de revisão e complementações, à Concessionária encaminhará (através do Portal de Faixa de Domínio ou e-mail que realizou o protocolo) seu parecer a respeito dos documentos para as devidas adequações.
- **APROVADO:** Se após a análise, à Concessionária não apresentar nenhuma objeção quanto a documentação protocolada e os mesmos forem considerados em condições de envio ao Poder concedente, será encaminhada carta à ARTESP apresentando os documentos para análise da Agência, conforme descrito abaixo.

7.1.1. PRAZO PARA O INTERESSADO ATENDER AS RESSALVAS APRESENTADAS PELA CONCESSIONÁRIA

O prazo para atendimento das ressalvas feitas pela Concessionária é de até 90 (noventa) dias, após isso o processo será arquivado e o interessado terá que solicitar desarquivamento do processo.

7.2. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA AGÊNCIA:

Quando a documentação e projetos estiverem validados pela Concessionária, a mesma procede com o protocolo dos documentos na ARTESP, para a devida análise e aprovação do Poder Concedente.

- **NÃO APROVADO:** Caso a Agência identifique qualquer inconformidade ou necessidade de revisão e complementações, ela comunicará à Concessionária, que encaminhará as ressalvas (via Portal de Faixa de Domínio ou e-mail) para revisão e atendimento do Interessado.
- **APROVADO:** Se após a análise, a Agência, não apresentar nenhuma objeção quanto a documentação protocolada e os mesmos foram considerados em condições de aprovação a Agência emitirá a autorização do acesso e a listagem com a codificação de todos os projetos aprovados.
- **TERMO DE COMPROMISSO E DE AUTORIZAÇÃO:** Estando os documentos aprovados, a Agência Reguladora publicará a aprovação da abertura e/ou

regularização do acesso no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e emitirá o Termo de Compromisso e Autorização, tais documentos serão encaminhados à Concessionária, que procede com o envio de 1 (uma) via digital dos mesmo para arquivo do Interessado.

8. EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO DE ACESSOS

8.1. REUNIÃO DE INÍCIO DE OBRAS:

Antes do efetivo início das obras, será agendada uma reunião com o Interessado, Empreiteira e Concessionária, objetivando discutir os assuntos abaixo:

- Métodos executivos das obras;
- Orientações e procedimentos de operação da rodovia;
- Alinhamento do projeto de Sinalização de Obras, considerando a operação do local, que dependendo deverá ser revisado;
- Orientações sobre a apresentação dos ensaios de qualidade, conforme manual de kit de ensaio de lindeiro, **anexo**;
- Instruções para a emissão de Autorização de Serviço emitida pela Concessionária, para serviços e obras dentro da faixa de domínio estadual;
- Cronograma de início e término das obras;
- Programação das Obras ou POE – Plano Operacional Especial (se necessário);
- Demais assuntos e dúvidas relevantes para a execução das obras;

Tais tratativas visão assegurar à segurança viária dos usuários que trafegarem pelo local das obras de implantação ou readequação de acesso, bem como atender as normas vigentes.

8.2. DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS:

Durante o período das obras o Interessado será responsável por toda a execução dos serviços, bem como por eventuais multas, em decorrência de danos à segurança viária dos usuários que trafegam pelo local e dos colaboradores que realizam o serviço e quaisquer não conformidades que venham a serem apontadas pela fiscalização da ARTESP.

Sendo que a Concessionária atuará apenas na fiscalização dos serviços, visando assegurar que os mesmos sejam executados em conformidade com os projetos aprovados pela ARTESP, além de garantir a segurança dos colaboradores que executam os serviços e a

segurança viária do local, evitando possíveis não conformidades que possam ser apontadas pela fiscalização da ARTESP, que também poderá acompanhar os serviços.

Registramos que, qualquer necessidade de alteração do projeto aprovado, em decorrência da obra, deve ser comunicado e apresentado projeto com a proposta de alteração à Concessionária, que procederá com a análise da solicitação.

Durante a obra o interessado deverá apresentar (via e-mail) o manual kit de ensaio, **anexo**, para obras lindeiras, a fim da Concessionária acompanhar e garantir a qualidade dos serviços executados.

OBS: Destacamos que nenhum serviço deve ser executado, sem que todas as etapas citadas neste documento estejam concluídas, sob pena de paralização da obra.

8.2.1. PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA:

O prazo para início e conclusão das obras, são definidos pela ARTESP, no Termo de Compromisso e Autorização.

8.3. FASE FINAL E ENTREGA DAS OBRAS:

As obras só serão aceitas após atendimento do *CHECK-LIST* final, que será elaborado pelo engenheiro fiscal responsável pelo acompanhamento daquela obra na Concessionária. E após atendido todos os itens do *CHECK-LIST*, será emitido um ofício dando o aceite das obras executadas e solicitando a apresentação do “*As built*”, conforme procedimentos abaixo.

9. APRESENTAÇÃO DO AS BUILT

Conforme estabelecido no Termo De Compromisso e de Autorização emitido pela ARTESP, após concluída as obras de implantação e/ou regularização do acesso rodoviário, deverá ser protocolado na Concessionária, 1 (uma) via digital, do “*As Built*”, referente as obras executadas, devidamente assinado pelo responsável técnico, para verificação da Concessionária e posterior envio ao Poder Concedente.

Registramos que o projeto “*As Built*”, é a documentação técnica desenvolvida com o objetivo de registrar por meio de relatórios e desenhos técnicos o que **efetivamente** foi executado, a fim de verificar se a obra finalizada está em conformidade com o Projeto Executivo aprovado pela ARTESP. Eventuais alterações do Projeto Executivo durante a execução da obra, devem ser registradas na planta “*As Built*”, precedidas de justificativas para as alterações e o destaque destas nos desenhos e textos específicos sobre o assunto.

O prazo para a apresentação do projeto “*As Built*”, é após a entrega das obras, conforme estabelecido no Termo de Compromisso e de Autorização emitido pela Agência.

10. PROCESSO DE MUDANÇA DE TITULARIDADE DO ACESSO

Caso após emitido o **TERMO DE COMPROMISSO E DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO**, o responsável pelo acesso, conforme definido no referido termo, realize a venda da propriedade, o mesmo deverá comunicar a Concessionária, e encaminhar a documentação do item 5.1 atualiza e o Termo de Compromisso e Requerimento de Mudança de Titularidade **anexo**, em nome do novo proprietário para que se inicie o processo de mudança de titularidade do acesso.

Tais documentos serão analisados pela Concessionária e estando em conformidade serão submetidos para análise e aprovação da ARTESP, que caso esteja de acordo emitirá o novo **TERMO DE COMPROMISSO E DE AUTORIZAÇÃO DO ACESSO**, em nome do novo proprietário.

Ressaltamos, que caso o interessado deseje mudar o tipo de atividade exercida no imóvel atendido no acesso deverá passar pela análise da Concessionária e ARTESP, objetivando analisar a necessidade de readequação do acesso. Após a análise se necessário serão solicitados os estudos e projetos, conforme itens 5.2. 5.3 e 5.4 que seguiram os tramites já relatados neste documento.

11. EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA FAIXA DE DOMÍNIO

Para emissão de autorização de serviços, deve ser encaminhado e-mail à Concessionária correspondente, solicitando as instruções necessárias.

- AUTOBAN: acessos.autoban@grupoccr.com.br
- VIAOESTE/RODOANEL: acessos.viaoeste@grupoccr.com.br
- SPVIAS: acessos.spvias@grupoccr.com.br

12. PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS

O protocolo dos documentos, deverá ser realizado através do Portal de Faixa de Domínio <https://intervencoes-faixa-dominio.grupoccr.com.br/>, seguindo as instruções contidas no manual de apoio **anexo**. Em caso de dúvidas com relação a utilização da ferramenta, estamos à disposição através do número (11) 9 1455-3255 – Monaliza Sampaio.

OBS: Todos os documentos e projetos devem ser apresentados em formato digital (.pdf e .dwg), bem como, todos os documentos deverão possuir controle de revisão, de modo a apresentar os arquivos válidos em sua última revisão de projeto.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, as diretrizes definidas neste documento, visam facilitar as tratativas entre Interessado, Concessionária e ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, orientando e estabelecendo os procedimentos para a viabilização de estudos e projetos de novos acessos ou regularização de acessos existentes na rodovia concedida, a fim de obter a aprovação do Poder Concedente.

Registamos que tais diretrizes, poderão ser revisadas assim que surgirem necessidade de complementação, correções ou então para acompanhar a evolução das melhorias técnicas de engenharia ou novas tecnologias. Pode-se também, com o tempo, alterar preceitos e conceitos, motivo pelo qual as matérias abordadas nas diretrizes deverão ser atualizadas sempre que necessário, culminando em versões mais recentes.

Para mais informações relacionadas ao tema deste documento, acesse o site da CCR Rodovias, <https://rodovias.grupoccr.com.br/> e busque por Faixa de Domínio.

